

CAPITULO VII

A representação política Elementos para uma teoria do campo político

A memória de Georges Haupt

O silêncio acerca das condições que colocam os cidadãos — e de modo tanto mais brutal quanto mais desfavorecidos são económica e culturalmente — perante a alternativa da demissão pela abstenção ou do desapossamento pela delegação é para a «ciência política» o que o silêncio acerca das condições económicas e culturais da conduta económica «racional» é para a ciência económica. Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes económicas e sociais da divisão do trabalho político¹, para não ser levada a *naturalizar* os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os «agentes politicamente activos» e os «agentes politicamente passivos»² e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.

O campo político, entendido ao mesmo tempo como

¹ As teorias neomaquiavelianas só tomam em linha de conta esta divisão para a inscrever na natureza humana. É assim que Michels fala de incompetência incurável» (R. Michels, *Lês partis politiques*, Paris, Flammarion, 1971, p. 299) ou de «incompetência inata das massas» (*op. cit.*, p. 302) e descreve a relação dos profanos com os profissionais em termos de *necessidade* («a necessidade de chefe nas massas», p. 49, «a necessidade de veneração entre as massa;», p. 59, etc.) ou de *natureza* («À apatia das multidões e à sua necessidade de serem guiadas corresponde, nos chefes, uma sede ilimitada de poder. E é assim que o desenvolvimento da oligarquia se acha favorecido, acelerado pelas propriedades gerais da natureza humana», p. 151).

² Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, II, Berlim, Colónia, Kiepenheuer und Witsch, 1956, p. 1067.

campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

O monopólio dos profissionais

Sem retomar aqui a análise das condições sociais da constituição da competência social e técnica que a participação activa na «política» exige³, é preciso lembrar ao menos que os efeitos dos obstáculos morfológicos que a dimensão das unidades políticas e o número dos cidadãos opõem a qualquer forma de governo directo são de certo modo aumentados pelos efeitos do desapossamento económico e cultural: a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes — sobretudo, o *tempo livre* e o *capital cultural* (⁴).

³ Em particular, *La distinction*. Paris, Minuit, 1979, pp. 466-542.

⁴ O que implica que a divisão do trabalho político varia em função do volume global do capital económico e cultural acumulado numa formação

Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de di-visão) a distribuição das Opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Quer isto dizer que o campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da *problemática* política como espaço das Tomadas de posição efectivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo. A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura. «Uma intenção, nota Wittgenstein, encarna-se numa situação, em costumes e em instituições humanas. Se a técnica do jogo de xadrez não existisse, eu não poderia ter a *intenção* de jogar o xadrez. Se posso ter em vista a constituição de uma frase, é porque sei falar a língua em questão»⁵ A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de acção e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjectiva à expressão objectiva, à manifestação pública num discurso ou num acto público constitui por si um acto de *instituição* e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação: não é por acaso

social determinada (o seu «nível de desenvolvimento») e também em função da estrutura, mais ou menos dissimétrica, da distribuição deste capital, particularmente do cultural. É assim que a generalização do acesso ao ensino secundário esteve na origem de um conjunto de transformações da relação entre os partidos e os seus militantes ou os seus eleitores.

⁵ L. Wittgenstein, *Philosophical Investigations*, New York, Macmillan, 1953, parágrafo 337, p. 108.

que, como nota Benveniste, todas as palavras que têm uma relação com o direito têm uma raiz que significa *dizer*. E a instituição entendida como o que já está instituído, já explicitado, exerce ao mesmo tempo um efeito de assistência e de licitação e um efeito de arrematação e de mudança de posse. Dado que, pelo menos fora dos períodos de crise, a produção das formas de percepção e de expressão politicamente actantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha portanto sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político, vê-se que os efeitos da lógica censitária, que rege de facto o acesso às escolhas entre os produtos políticos oferecidos, estão acrescidos dos efeitos da lógica oligopolística que rege a oferta dos produtos. Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à *fidelidade* indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem.

Os constrangimentos do mercado pesam em primeiro lugar sobre os membros das classes dominadas que não têm outra escolha a não ser a demissão ou a entrega de si ao partido, organização permanente que deve produzir a *representação* da continuidade da classe, sempre ameaçada de cair na descontinuidade da existência atomizada (com o recolhimento à vida privada e a procura de vias de salvação individual) ou na particularidade das lutas estritamente reivindicativas⁶. Isto faz com que, mais do que os membros das classes dominantes, os quais se podem contentar com associações, grupos de pressão

* A relação entre os profanos e os profissionais assume formas muito diferentes para os dominantes: sendo capazes, quase sempre, de produzir eles mesmos os seus actos e as suas opiniões políticas, nunca se resignam à delegação sem reticências nem ambivalência (delegação imposta pela lógica específica da legitimidade que, baseada no não reconhecimento, condena a tentativa de autocelebração).

ou partidos-associações⁷, tenham necessidade de [unidos entendidos como organizações *permanentes* orientadas para a conquista do poder e que propõem aos seus militantes e aos seus eleitores não só uma doutrina mas também um *programa* de pensamento e de acção, exigindo por isso uma adesão global e antecipada. Como nota Marx em *Miséria da Filosofia*, pode-se datar o nascimento de um grupo social do momento em que os membros das suas organizações representativas não lutam só pela defesa dos interesses económicos dos mandantes mas também pela defesa e o desenvolvimento da própria organização. Mas como não deixar de notar que se a existência de uma organização permanente, relativamente independente dos interesses corporativos e conjunturais, é a condição da *representação* permanente e propriamente política da classe, ela encerra também a ameaça do desapossamento dos membros «insignificantes» da classe? A antinomia do «poder revolucionário estabelecido», como diz Bakounine, é perfeitamente semelhante à da Igreja reformada tal como a descreve Troeltsch. A *fides implícita*, delegação global e total pela qual os mais desfavorecidos concedem em bloco ao partido da sua escolha uma espécie de crédito ilimitado, deixa caminho livre aos mecanismos que tendem a retirar-lhes a posse de qualquer controlo sobre o aparelho. Isto faz com que, por estranha ironia, a concentração do capital político nunca seja tão grande, salvo intervenção deliberada (e improvável) em sentido oposto, como nos partidos que se propõem como objecto a luta contra a concentração do capital económico.

Gramsci evocou frequentemente a propensão para o fideísmo milenarista e para a representação providencialista do partido e dos seus chefes que se

⁷ Pode-se chamar *partido-associação* a uma organização cujo objectivo quase exclusivo é a preparação das eleições e que deve a esta função permanente uma permanência que as associações ordinárias não possuem: próxima da associação pelo carácter limitado e parcial dos seus objectivos e do empenhamento que exige e, ao mesmo tempo, pela composição social fortemente diversificada da sua *clientela* (feita de eleitores e não de militantes), está perto do partido pela permanência que lhe é imposta pela recorrência da função específica, a preparação das eleições. (É de notar que o *partido ideal* tal como o descreve Ostrogorski seja exactamente uma associação, quer dizer, uma organização *temporária*, criada *ad hoc* com vista a uma reivindicação determinada ou a uma causa específica).

observa na clientela dos partidos comunistas: «Um outro aspecto do perigo que houve que lamentar no nosso Partido, é a esterilização de toda a actividade individual, a passividade da massa do Partido, a certeza estúpida de que, de qualquer modo, havia alguém que pensava em tudo e que provia a tudo» (A. Gramsci, *Écrits politiques*, tomo II, Paris, Gallimard, 1974, p. 265). As massas, inquietas com esta sua condição de inferioridade absoluta, abdicaram completamente de toda a soberania e de todo o poder, a organização e a pessoa do organizador tornaram-se para elas numa só e mesma coisa, da mesma forma que, para um exército em campanha, a pessoa do *condottiere* encarna a salvação comum, se torna no garante do sucesso e da vitória» (Ib., *id.*, p. 82). Poder-se-ia também citar, *a contrario*, Rosa Luxembourg, quando descreve (à maneira do *twishful thinking*) um partido como limitando ele mesmo o seu próprio poder por um esforço consciente e constante de chefes que se destituem para agirem como executantes da vontade das massas: «O único papel dos pretensos "dirigentes" da social-democracia consiste em esclarecer a massa acerca da sua missão histórica. A autoridade e a influência dos «chefes» na democracia não aumenta senão em proporção ao trabalho de educação que eles realizam nesse sentido. Por outras palavras, o seu prestígio e a sua influência só aumentam na medida em que os chefes destroem o que até agora tem sido a função dos dirigentes, a cegueira da massa, na medida em que se despojam eles próprios da sua qualidade de chefes, na medida em que eles fazem da massa dirigente e deles próprios os órgãos *executivos* da acção consciente da massa» (R. Luxembourg, *Masses et chefs*, Paris, Spartacus, 1972, p. 37). Seria interessante determinar aquilo que, nas tomadas de posição dos diferentes «teóricos» acerca deste problema (que, como Gramsci, podem oscilar entre o espontaneísmo da *Ordine Nuovo* e o centralismo do artigo sobre o Partido Comunista — *Écrits politiques*, I, pp. 389-403), se prende com factores objectivos (como o nível da formação geral e política das massas) e, em particular, com a experiência directa das atitudes das massas numa conjuntura determinada, e o que se prende com efeitos de campo e com a lógica das oposições internas.

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos *interesses políticos instituídos* lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes. E isto passa-se sem que nada permita fazer a prova completa de que os interesses assim universalizados e plebiscitados dos mandatários coincidam com os interesses não expressos dos mandantes, pois os primeiros têm o monopólio

dos instrumentos de produção dos interesses políticos, quer dizer, politicamente expressos e reconhecidos, dos segundos. Nada, a não ser esta forma de abstenção activa, a qual tem raízes na revolta contra uma dupla impotência, impotência perante a política e todas as acções puramente seriais que ela propõe, impotência perante os aparelhos políticos: o apolitismo, que assume por vezes a forma de um antiparlamentarismo e que pode ser desviado para todas as formas de bonapartismo, de boulangismo ou de gaulismo, é fundamentalmente uma contestação do monopólio dos políticos que representa o equivalente político daquilo que foi, em outros tempos, a revolta religiosa contra o monopólio dos clérigos.

Competência, coisas em jogo e interesses específicos

Em matéria de política como em matéria de arte, o desapossamento dos que são em maior número é correlativo, ou mesmo consecutivo, da concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de profissionais, que só com a condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político. Com efeito, nada é menos natural do que o modo de pensamento e de acção que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados económicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a

impor uma *submissão* de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido. Isto significa que, para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos no mercado em dado momento e cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, por oposição ao que é relegado para o indizível e o impensável, seria preciso analisar todo o processo de produção dos profissionais da produção ideológica, desde a marcação*, operada em função de uma definição frequentemente implícita da competência desejada, que os designa para estas funções e a formação geral ou específica que os prepara para as assumir, até à acção de normalização contínua que os membros mais antigos do grupo lhes impõem com a sua própria cumplicidade, em particular quando, recém-eleitos, têm acesso a uma instância política para onde poderiam levar um falar franco e uma liberdade de maneiras atentatórias das regras do jogo.

O desapossamento correlativo da concentração dos meios de produção de discursos ou de actos socialmente reconhecidos como políticos não deixou de aumentar à medida que o campo de produção ideológica ganhava autonomia com o aparecimento das grandes burocracias políticas de profissionais a tempo inteiro e com o aparecimento de instituições (como, em França, o Instituto de Ciências Políticas e a Escola Nacional de Administração) encarregadas de seleccionar e de formar os produtores profissionais de esquemas de pensamento e de expressão do mundo social, homens políticos, jornalistas políticos, altos funcionários, etc., e, ao mesmo tempo, de codificar as *regras* do funcionamento do campo de produção ideológica e o *corpus* de saberes e de saber fazer indispensáveis à respectiva acomodação. A «ciência política» que se ensina em instituições especialmente ordenadas à este fim é a *racionalização* da competência que o universo da política exige e que os profissionais possuem no estado prático: ela tem em vista aumentar a

* «marquage» no texto original (marcação de animais ou de mercadorias) (N. T.).

eficácia desta mestria prática pondo ao seu serviço técnicas racionais, como a sondagem, as relações públicas ou o «marketing» político, ao mesmo tempo que tende a legitimá-la dando-lhe a aparência da cientificidade e erigindo as questões políticas em casos de especialistas que aos especialistas compete resolver em nome do saber e não do interesse da classe⁸.

A autonomização do campo de produção ideológica é acompanhada, sem dúvida, de uma elevação do direito de entrada no campo e, em particular, de um reforço das exigências em matéria de competência geral ou mesmo específica (o que contribui para explicar o aumento de peso dos profissionais formados nas escolas e mesmo nas escolas especializadas — Ciências PO, ENA — em detrimento dos simples militantes⁹. Mas também é acompanhada, sem dúvida, de um reforço do efeito das leis internas do campo político — e em particular da concorrência entre os profissionais — em relação ao efeito das transacções directas ou indirectas entre os profissionais e os profanos¹⁰. Isto significa que, tratando-se de compreender uma

⁸ É assim por exemplo que a teoria elitista da opinião, que é aplicada na elaboração ou na análise das sondagens de opinião ou nas lamentações rituais acerca da abstenção, se denuncia efectivamente com toda a inocência nos inquéritos sobre os *opinion-makers* que, inspirando-se numa filosofia emanatista da «difusão» entendida como escoamento, têm em vista subir pelos canais de circulação das opiniões até à fonte de onde se pensa que jorram, quer dizer, até à «elite» dos «fabricantes de opiniões», de quem nunca ninguém pensa perguntar o que é que faz a sua opinião (cf. por exemplo, C. Kadushin, «Power, Influence and Social Circles: A New Methodology for Studying Opinion Makers», *American Sociological Review*, xxxin, 1968, pp. 683-699).

⁹ Não é menos certo que esta evolução poderia achar-se contrariada, em certa medida, pela elevação geral do nível de instrução que, dado o peso determinante do capital escolar no sistema dos factores explicativos das variações da relação com a política, é sem dúvida por natureza própria para entrar em contradição com esta tendência e para reforçar, em diferentes graus segundo os aparelhos, a pressão da base, menos dada a um ligação incondicional.

¹⁰ O debate televisivo em que se acham frente a frente profissionais escolhidos pela sua competência e também pelo seu sentido do decoro e da respeitabilidade política, em presença de um público reduzido ao estatuto de espectador, realizando deste modo a luta de classes em forma de confrontação teatralizada e ritualizada entre dois campeões, simboliza perfei-

tomada de posição política, programa, intervenção, discurso eleitoral, etc., é, pelo menos, tão importante conhecer o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo como conhecer as pressões* dos laicos de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários declarados (a «base»): uma tomada de posição, como o nome diz às mil maravilhas, é um acto que só ganha sentido relacionalmente, na diferença e pela diferença, do *desvio distintivo*. O político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objectivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição actuais e, sobretudo, potenciais ou, melhor, do princípio dessas tomadas de posição a saber, o espaço das posições objectivas no campo e das atitudes dos seus ocupantes: este «sentido prático» das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes "posições é o" que lhe permite «escolher» as tomadas de posição convenientes e convencionadas, e evitar as "tomadas de posição «comprometedoras» que fariam com que se encontrasse com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos. Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido do inglês *responsible*, quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos a desempenhar com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço de jogo. Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio, involverment, commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo: todos os que têm o *privilégio* de investir

tamente o termo de um processo de autonomização do jogo propriamente político, mais do que nunca fechado nas suas técnicas, nas suas hierarquias, nas suas regras internas.

* «demandes» no texto original (entendemos as pressões que a procura exerce no mercado) (N.T.).

no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples *prazer* de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no facto de participar no jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de *conluio originário* bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos. Esta solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (*obsequium*) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento fundamental no jogo de que eles têm o monopólio e que precisam de perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal.

Os grupos unidos per uma forma qualquer de conluio (como os conjuntos de *colegas*) fazem da *discrição* e do *segredo* acerca de tudo o que diz respeito às crenças íntimas do grupo um imperativo fundamental. Eles condenam com a máxima violência certas manifestações de cinismo quando elas se fazem notar no exterior mas que, entre os *iniciados*, são perfeitamente admitidas porque não podem, por definição, tocar na crença fundamental sobre o valor do grupo, sendo a liberdade a respeito dos valores frequentemente vivida como um testemunho suplementar de valor — é conhecida a indignação com que os homens políticos e os jornalistas políticos, geralmente tão solícitos em fazer correr boatos e ditos decepcionantes sobre os homens políticos, acolhem os que, por momentos, mostram vontade de «estragar o jogo» trazendo à existência política o apolitismo popular e pequeno-burguês, que é ao mesmo tempo a condição e o produto do monopólio dos políticos). Mas os grupos não desconfiam menos daqueles que, levando demasiado a sério os valores proclamados, recusam os compromissos e os comprometimentos os quais são a condição da existência real do grupo.

O jogo duplo

A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da

transformação da visão do mundo social e dos princípios de di-visão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a". Ela encontra as suas condições sociais de possibilidade na lógica específica segundo a qual se organiza, em cada formação social, o jogo propriamente político em que se jogam, por um lado, o monopólio da elaboração e da difusão do princípio de di-visão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objectivados (capital político objectivado). Ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os «poderes públicos» (as administrações do Estado). Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a *distribuição do poder sobre os poderes públicos* (ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objectivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.). Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem *esta forma sublimada de guerra civil*, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir. Para garantirem esta mobilização duradoira, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de f' obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus tributários.

¹¹ Sobre a lógica da luta pela imposição do princípio de di-visão, ver *supra* capítulo V.

Assim, a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de facto à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número. Daqui, sem dúvida, O privilégio concedido, na elaboração da representação legítima, ao modo de produção *eclesial*, no qual as propostas (moções, plataformas, programas, etc.) são de imediato submetidas à aprovação de um grupo e só podem pois ser impostas por profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo ideias e grupos, de produzir ideias capazes de produzir grupos manipulando estas ideias de maneira a garantir-lhes a adesão de um grupo — por exemplo, através da retórica do «reunir-se» ou do domínio de todo um conjunto de técnicas da palavra, da redacção, de manipulação da assembleia, que permitem o «fazer passar» de uma «moção», sem falar do domínio dos procedimentos e dos processos que, como o jogo do número dos *mandatos*, controlam directamente a própria produção do grupo.

Seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político e reduzir a história propriamente política a uma espécie de manifestação epifenomenica das forças económicas e sociais de que os actores políticos seriam, de certo modo, os títeres. Além de que isso seria ignorar a eficácia propriamente simbólica da representação e da crença mobilizadora que ela suscita pela força da objectivação, equivaleria ainda a esquecer o poder propriamente político de *governo* que, por muito dependente que seja das forças económicas e sociais, pode garantir uma eficácia real sobre essas forças por meio da acção sobre os instrumentos de administração das coisas e das pessoas.

A vida política só pode ser comparada com um teatro se se pensar verdadeiramente a relação entre o partido e a classe, entre a luta das organizações políticas e a luta das classes, como "uma relação propriamente simbólica entre um significante e um significado ou, melhor, entre *representantes* dando uma *representação* e agentes, acções e situações representadas. A concordância entre o significante e o significado, entre o representante e o representado, resulta sem dúvida menos da procura consciente do ajustamento à procura da clientela ou do

constrangimento mecânico exercido pelas pressões externas do que da homologia entre a estrutura do teatro político e a estrutura do mundo representado, entre a luta das classes e a forma sublimada desta luta que se desenrola no campo político¹². É esta homologia que faz com que os profissionais, ao prosseguirem na satisfação dos interesses específicos que lhes impõe a concorrência no interior do campo, dêem ainda satisfação aos interesses dos seus mandantes e que as lutas dos representantes possam ser descritas como uma *mimesis* política das lutas dos grupos ou das classes de que eles se assumem como campeões; ou, inversamente, que, nas suas tomadas de posição mais adequadas ao interesse dos seus mandantes, eles prossigam ainda na satisfação dos seus próprios interesses — sem necessariamente o confessarem a si mesmos —, tais como lhes são determinados pela estrutura das posições e das Oposições constitutivas do espaço interno do campo político. A dedicação, por obrigação, aos interesses dos mandantes faz esquecer os interesses dos mandatários. Por outras palavras, a relação, aparente, entre os representantes e os representados, concebidos como causa determinante («grupos de pressão», etc.) ou causa final («causas» a defender, interesses a «servir», etc.) dissimula a relação de concorrência entre os representantes e, ao mesmo tempo, a relação de orquestração (ou de harmonia pré-estabelecida) entre os representantes e os representados. Não há dúvida de que Max Weber tem razão em lembrar, com uma sã brutalidade materialista, que «pode-se viver para a política e da política»¹³. Para se ser perfeitamente rigoroso, seria preferível dizer que se pode viver da política com a condição de se viver para a política: é, com efeito, na relação entre os profissionais que se define a espécie particular de

¹² Como prova, estão as diferenças que as necessidades ligadas à história e à lógica próprias de cada campo político nacional fazem surgir entre as representações que as organizações «representativas» de classes sociais colocadas em posições equivalentes — como as classes operárias dos diferentes países europeus — dão dos interesses dessas classes — e isto apesar de todos os defeitos homogeneizantes (como a «bolchevização» dos partidos comunistas).

¹³ Max Weber, *op. cit.*, n, p. 1052.

interesse pela política que determina cada categoria de mandatários a consagrar-se à política e, por esse meio, aos seus mandantes. Mais precisamente, a relação que os vendedores profissionais dos serviços políticos (homens políticos, jornalistas políticos, etc.) mantêm com os seus clientes é sempre mediatizada, e determinada de modo mais ou menos completo, pela relação que eles mantêm com os seus concorrentes¹⁴. Eles servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los, quer dizer, *de modo tanto mais exacto quanto mais exacta é a coincidência da sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social*. (O rigor da correspondência entre os dois espaços depende, sem dúvida, em grande parte, da intensidade da concorrência, quer dizer, antes de mais do número dos partidos ou das tendências que comanda a diversidade à renovação dos produtos oferecidos obrigando por exemplo os diferentes partidos a modificar os seus programas para conquistarem as novas clientelas). Em consequência, os discursos políticos produzidos pelos profissionais são sempre duplamente determinados e afectados de uma duplicidade que nada tem de intencional visto que resulta da dualidade dos campos de referência e da necessidade de servir ao mesmo tempo os fins esotéricos das lutas internas e os fins exotéricos das lutas externas¹⁵.

¹⁴ «Os oportunistas de todos os campos, que defendem os interesses bem estabelecidos dos diversos conventículos, interesses materiais, sem dúvida, e para mais interesses que se prendem com a dominação política das massas, são um obstáculo à unidade proletária» (A. Gramsci, *Écrits politiques*, tomo I, Paris, Gallimard, 1974, p. 327).

¹⁵ A forma paradigmática desta duplicidade estrutural é sem dúvida representada por aquilo a que a tradição revolucionária da URSS chama a «língua de Esopo», quer dizer, a linguagem secreta, codificada, indirecta, a que os revolucionários recorriam para escaparem à censura czarista e que reapareceu no partido bolchevique, quando do conflito entre os partidários de Estaline e os de Boukharine, quer dizer, quando se tratou de evitar, por «patriotismo de partido» que os conflitos no interior do Politburo ou do Comité Central passassem para fora do partido. Esta linguagem dissimula, numa aparência anódina, uma verdade oculta que «todo o militante suficientemente cultivado» sabe decifrar e pode ser objecto, segundo os destinatários, de duas leituras diferentes (cf. S. Cohen, *Nicolas Boukharine, Ia fie tfin bolcherik*, Paris, Maspero, 1979, pp. 330 e 435).

Um sistema de desvios

Deste modo, é a estrutura do campo político que, subjectivamente indissociável da relação directa — e sempre proclamada — com os mandantes, determina as tomadas de posição, por intermédio dos constrangimentos e dos interesses associados a uma posição determinada nesse campo. Concretamente, a produção de tomadas de posição depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas, quer dizer, da *problemática política* como campo de possibilidades estratégicas objectivamente oferecidas à escolha dos agentes em forma de posições efectivamente ocupadas e das tomadas de posição efectivamente propostas no campo. Os partidos, como as tendências no seio dos partidos, só têm existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo¹⁶.

Não há manifestação mais evidente deste efeito de campo do que esta espécie de *cultura esotérica*, feita de problemas completamente estranhos ou inacessíveis ao comum, de conceitos e de discursos sem referente na experiência do cidadão comum e, sobretudo talvez, de *distinguos*, de matizes, de subtilidades, de agudezas, que passam despercebidos aos olhos dos não-iniciados e que não têm outra razão de ser que não sejam as relações de conflito ou de concorrência entre as diferentes organizações ou entre as «tendências» ou as «correntes» de uma mesma organização. Pode-se ainda citar o testemunho de Gramsci: «Nós outros, afastamo-nos da massa: entre nós e a massa forma-se uma barreira de *quiproquós*, de mal-entendidos, de jogo verbal complicado. Acabaremos por aparecer como pessoas que querem, a todo o custo, conservar o seu lugar»¹⁷. Na realidade, o que fiz com que esta cultura propriamente política permaneça inacessível à maioria das

¹⁶ Daí o fracasso de todos os que, como tantos historiadores da Alemanha na esteira de Rosenberg, tentaram definir o «conservadorismo» de modo absoluto, sem verem que ele devia mudar incessantemente de conteúdo substancial a fim de conservar o seu *valor* relacional.

¹⁷ A. Gramsci, *op. cit.*, tomo II, p. 225.

pessoas é, sem dúvida, menos a complexidade da linguagem em que ela se exprime do que a complexidade das relações sociais que constituem o campo político que nela se reexprime: esta criação artificial das lutas de Cúria afigura-se menos inteligível do que desprovida de razão de ser aos que, não participando no jogo, «não vêem nele interesse» e não podem compreender que este ou aquele *dhtinguo* entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, de um programa, de uma plataforma, de uma moção ou resolução, dê lugar a tais debates, visto que não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses *distinguos*¹⁸. O facto de todo o campo político tender a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos (que, como os partidos no sistema americano, podem eles próprios ser constituídos por verdadeiros campos, organizados segundo divisões análogas) não deve fazer esquecer que as propriedades recorrentes das doutrinas ou dos grupos situados nas posições polares, «partido do movimento» e «partido da ordem», «progressistas» e «conservadores», «esquerda» e «direita», são *invariantes* que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa relação. Assim as propriedades dos partidos que as tipologias realistas registam compreendem-se, de modo imediato, se as relacionarmos com a força relativa dos dois pólos, com a distância que os separa e que comanda as propriedades dos seus ocupantes. Partidos ou homens políticos (e, em particular, a sua propensão para a divergência para os extremos ou à convergência para o centro) e, ao mesmo tempo, a probabilidade de que seja ocupada a posição central, intermédia, o lugar neutro. O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. É assim, por exemplo, que a oposição entre a «direita» e a «esquerda» se pode manter

¹⁸ Entre os factores deste efeito de «hermetismo» * e da forma particularíssima de esoterismo que ela gera, é preciso contar com a tendência, frequentemente observada, que têm os membros permanentes dos aparelhos políticos para só conviverem com outros membros permanentes.

numa estrutura transformada mediante uma permuta parcial dos papéis entre os que ocupam estas posições em dois momentos diferentes (ou em dois lugares diferentes): o racionalismo, a fé no progresso e na ciência que, entre as duas guerras, em França como na Alemanha, constituíam o ideário da esquerda enquanto que a direita nacionalista e conservadora se dava mais ao irracionalismo e ao culto da natureza, tornaram-se hoje, nestes dois países, no coração do novo credo conservador, fundamentado na confiança no progresso, na técnica e na tecnocracia, enquanto que a esquerda se vê recambiada para temas ideológicos ou práticas que pertenciam exclusivamente ao pólo oposto, como o culto (ecológico) da natureza, o regionalismo e um certo nacionalismo, a denúncia do mito do progresso absoluto, a defesa da «pessoa», tudo isto banhado de irracionalismo.

A mesma estrutura diádica ou triádica que organiza o campo no seu conjunto pode reproduzir-se em cada um dos seus pontos, quer dizer, no seio do partido ou do grupúsculo, segundo a mesma lógica dupla, ao mesmo tempo interna e externa, que põe em relação os interesses específicos dos profissionais e os interesses reais ou presumíveis dos seus mandantes, reais ou presumíveis. É, sem dúvida, no seio dos partidos cujos mandantes são os mais desprovidos e, por isso, os mais dados a confiar no partido, que a lógica das oposições internas se pode manifestar de modo mais claro. De modo que nada dá melhor conta das tomadas de posição do que uma *topologia* das posições a partir das quais elas se enunciam: «No que diz respeito à Rússia, eu sempre soube que na *topografia* das fracções e das tendências, Radek, Trotsky e Boukharine tinham uma posição de esquerda; Zinoviev, Kamenev e Estaline uma posição de direita, enquanto que Lénine estava no *centro* e tinha função de árbitro no conjunto da situação, isto naturalmente na linguagem política corrente. O núcleo que se chama leninista sustenta, como bem se sabe, que estas posições «topográficas» são absolutamente ilusórias e falazes»¹⁹. Tudo se passa com efeito como se a distribuição das posições no

¹⁹ A. Gramsci, *op. cit.*, tomo II, p. 258, sublinhado por mim.

campo implicasse uma distribuição dos papéis; como se cada um dos protagonistas fosse levado ou remetido as suas tomadas de posição tanto pela concorrência com os ocupantes das posições mais afastadas ou das mais chegadas, que ameaçam, de diferentes maneiras, a sua existência, como pela *contradição lógica* entre as tomadas de posição²⁰.

Assim, certas oposições recorrentes, como a que se estabelece entre a tradição libertária e a tradição autoritária são tão-só a transcrição no plano das lutas ideológicas da contradição fundamental do movimento revolucionário, coagido a recorrer à disciplina e à autoridade, e até mesmo à violência, para combater a autoridade e a violência. Contestação herética da igreja herética, revolução contra «o poder revolucionário estabelecido», a crítica «esquerdista» na sua forma espontânea esforça-se por explorar, contra os que dominam o partido, a contradição entre as estratégias «autoritárias» no seio do partido e as estratégias «anti-autoritárias» do partido no seio do campo político no seu conjunto. E encontramos até no movimento anarquista, que censura ao marxismo o seu autoritarismo²¹, uma oposição do mesmo tipo entre o pensamento «plataformista» o qual, preocupado em apresentar os fundamentos de uma organização anarquista poderosa, relega para segundo

²⁰ Se se ignorar o que os conceitos devem à história, fica-se privado da única possibilidade real de os libertar da história. Sendo armas da análise e também do anátema, instrumentos de conhecimento e também instrumentos de poder, todos os conceitos em -ismo que a tradição marxológica eterniza ao tratá-los como puras construções conceptuais, livres de qualquer contexto e desligadas de qualquer função estratégica, estão «frequentemente ligados às circunstâncias, maculados de generalizações prematuras, marcados por polémicas acerbas» e gerados «na divergência, nas confrontações violentas entre representantes das diversas correntes» (G. Haupt, «Lês marxistes face à Ia question nationale: l'histoire du problème», in G. Haupt, M. Lowy e C. Weill, *Lê: marxistes et 'a question nationale, 1848-1914*, Paris, Maspero, 1974, p. 11)

²¹ É sabido que Bakounine, quo impõe a submissão absoluta aos órgãos dirigentes nos movimentos que ele constitui (por exemplo, a Fraternidade Nacional) e que é no fundo partidário da ideia «blanquista» das «minorias actuantes», é levado na sua polémica contra Marx a denunciar o autoritarismo e a enaltecer a espontaneidade das massas e a autonomia das federações.

plano a reivindicação da liberdade ilimitada dos indivíduos e dos pequenos grupos, e o pensamento «síntese» que quer deixar aos indivíduos a sua plena independência²².

Mas, ainda aqui, os conflitos internos sobrepõem-se aos conflitos externos. Assim, é na medida (e só nesta medida) em que cada tendência é levada a valer-se da fracção correspondente da sua clientela, graças às homologias entre as posições ocupadas pelos «leaders» no campo político e as posições ocupadas no campo das classes populares pelos seus mandantes reais ou presumíveis, que as divisões e as contradições reais da classe operária podem achar o seu correspondente nas contradições e nas divisões dos partidos operários: os interesses do subproletariado inorganizado só têm probabilidade de acesso à representação política (sobretudo se é composto de estrangeiros, desprovidos do direito de voto, ou de etnias estigmatizadas) na medida em que se tornem numa arma e numa coisa em jogo na luta que, em certos estados do campo político, opõe o espontâneo ou, *no limite*, o voluntarismo ultra-revolucionário — sempre dados a privilegiar as fracções menos organizadas do proletariado cuja acção espontânea procede ou excede a organização — e o centralismo (qualificado pelos seus adversários como «burocrático-mecanicista») para o qual a organização, quer dizer, o partido, precede e condiciona a classe e a luta²³.

²² J. Maitron, *Lé mouvement anarchiste en France*, tomo II, Paris, Maspero, 1975, pp. 82-83.

²³ A posição, mais ou menos central e dominante, no aparelho do partido e o capital cultural possuído estão na origem das visões diferentes, e até mesmo opostas, da acção revolucionária, do porvir do capitalismo, das relações entre o partido e as massas, etc., que se defrontam no seio do movimento operário. É certo, por exemplo, que o economismo e a propensão para accentuar o pendor determinista, objectivo, científico, do marxismo é mais próprio dos «cientistas» e dos «teóricos» (por exemplo, Tugan-Baranowski ou os «economistas» no seio do partido social-democrata) do que dos «militantes» ou dos «agitadores», sobretudo se são autodidactas em matéria de teoria ou de economia (está aí, sem dúvida, um dos princípios da oposição entre Marx e Bakounine). A oposição entre o centralismo e o espontaneísmo ou, se se quiser, entre o socialismo autoritário e o socialismo libertário parece variar de maneira perfeitamente paralela, levando a propensão para o cientismo e o economismo a confiar aos detentores do conhecimento o direito de definir autoritariamente as orientações (a biografia de

Palavras de ordem e ideia-jorça

A tendência para a autonomização e a divisão indefinida em minúsculas seitas antagonistas que está inscrita, em estado de potencialidade objectiva, na constituição de corpos de especialistas dotados de interesses específicos e colocados em concorrência pelo poder no campo político (ou neste ou naquele sector do campo — por exemplo, um aparelho de partido) é contrabalançada em diferentes graus pelo facto de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidos nesta luta podem mobilizar fora do campo. — Em outros termos, a tendência para a fissão* tem o seu limite no facto de a força de um discurso depender menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce, quer dizer, ao menos em parte, do grau em que ele é reconhecido por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses (em forma mais ou menos transfigurada e irreconhecível).

A simples «corrente de ideias» não se torna num movimento político senão quando as ideias propostas são reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais. As estratégias que a lógica da luta interna impõe aos profissionais, e que podem ter como fundamento objectivo, para além das diferenças professadas, diferenças de interesses (ou, mais precisamente, de capital económico e escolar e de trajectória social), ligadas a posições diferentes no campo, só podem ser bem sucedidas na medida em que encontrarem as estratégias (por vezes inconscientes) de grupos exteriores ao campo (toda a diferença entre o utopismo e o realismo situa-se aí). Assim, as tendências para a cisão sectária acham-se contrabalançadas de modo contínuo pelas necessidades da concorrência que levam os profissionais, para triunfarem nas suas lutas internas, a ter de fazer apelo a forças que nem sempre são totalmente internas (é diferente o que se passa no campo científico ou artístico em que a

Marx é percorrida por estas oposições que se resolvem, à medida que o tempo vai passando, a favor do «sábio»). * «fission» no texto original (N.T.).

invocação dos profanos desacredita). Os grupúsculos de vanguarda só podem importar para o campo político a lógica característica do campo intelectual porque estão desprovidos de base, logo, de constrangimentos, mas também de força. Funcionando como *seitas* nascidas da cisão e condenadas à cissiparidade, portanto fundados sobre uma renúncia à universalidade, esses grupúsculos pagam com uma perda de poder e de eficácia a afirmação da plena qualificação técnica e étnica que define a *ecclesia pura* (os Puritanos), o universo dos «puros» e dos «puristas», capazes de manifestar a sua excelência de virtuosos políticos no seu apego às tradições mais puras e mais radicais («a revolução permanente», «a ditadura do proletariado», etc.). Ao contrário, o partido, se não quer ver-se excluído do jogo político e da ambição de participar senão do poder, pelo menos do poder de ter influência na distribuição do poder, não pode consagrar-se a virtudes tão exclusivas. Com efeito, do mesmo modo que a Igreja se consagra à missão de espalhar a sua graça de instituição por todos os fiéis, justos ou injustos, e de sujeitar os pecadores sem distinção à disciplina do mandamento divino, também o partido elege como fim trazer para a sua causa o maior número possível de refractários (é o caso sempre que o partido comunista se dirige, em período eleitoral, a «todos os republicanos do progresso»), não hesitando, para alargar a sua base e atrair a clientela dos partidos concorrentes, em transigir com a «pureza» da sua linha e em tirar proveito de modo mais ou menos consciente, das ambiguidades do seu programa. Segue-se daqui que, entre as lutas que têm lugar em cada partido, uma das mais constantes é a que se estabelece entre os que denunciam os compromissos necessários ao aumento da *força* do partido (portanto daqueles que o dominam) mas em detrimento da sua *originalidade*, quer dizer, mediante o abandono das tomadas de posição distintivas, originais, nativas, e que reclamam por um regresso às raízes, por uma restauração da pureza original e, do outro lado, os que propendem a procurar o reforço do partido, quer dizer, o alargamento da clientela, nem que seja à custa de transacções e de concessões ou mesmo de uma baralha metódica de tudo o que as tomadas de posição originais do partido podem ter de demasiado

«exclusivo». Os primeiros puxam o partido para a lógica do campo intelectual que, levada até ao limite, pode retirar-lhe toda a força temporal; os segundos têm a seu favor a lógica da *Realpolitik* que é a condição do acesso à realidade política²⁴.

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das ideias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço. É o que faz com que o campo da política — onde se procuraria em vão uma instância capaz de legitimar as instâncias de legitimidade e um fundamento da competência diferente do interesse de classe bem compreendido — oscile sempre entre dois critérios de validação, a ciência e o plebiscito²⁵.

Em política, «dizer é fazer», quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social, as *palavras de ordem* que produzem a sua própria verificação ao

²⁴ As estratégias de voto defrontam-se também com a alternativa da representação adequada mais desprovida de força e da representação imperfeita mas, por isso mesmo, poderosa. Quer dizer que a própria lógica que identifica isolamento e impotência obriga a *escolhas de compromisso* e confere uma vantagem decisiva às tomadas de posição já confirmadas em relação às opiniões originais.

²⁵ Não é por acaso que a sondagem de opinião manifesta a contradição entre dois princípios de legitimidade antagonistas, a ciência tecnocrática e a vontade democrática, alternando as questões que convidam ao juízo de perito ou ao desejo de militante.

produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social. A palavra política — é o que a define de modo próprio — empenha totalmente o seu autor porque ela constitui um empenhamento em fazer que só é verdadeiramente político se estiver na maneira de ser de um agente ou de um grupo de agentes *responsáveis politicamente*, quer dizer, à altura de conseguirem o empenhamento de um grupo e de um grupo capaz de a realizar: é só com esta condição que ele equivale a um acto. A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade. Quando se admite que o porvir que está em discussão depende da vontade e da acção colectivas, as ideias--forças do porta-voz capaz de suscitar esta acção são infalsificáveis, pois têm o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro. Isto, sem dúvida, faz com que, para toda a tradição revolucionária, a questão da verdade seja indissociável da questão da liberdade ou da necessidade histórica: se se admite que o porvir, quer dizer, a verdade política, depende da acção dos responsáveis políticos e das massas — seria preciso ainda determinar em que grau — Rosa Luxemburg teve razão contra Kautsky que contribuiu para fazer advir o que era provável e que ele anunciava, não fazendo O que havia que fazer segundo Rosa Luxemburg; no caso contrário, Rosa Luxemburg não teve razão pois não soube prever o porvir mais provável.

O que seria um «discurso irresponsável» na boca de qualquer um é uma previsão razoável na boca de qualquer outro. As expressões políticas, programas, promessas, previsões ou prognósticos («Ganharemos as eleições») nunca são verificáveis ou falsificáveis logicamente; elas não são verdadeiras senão na medida em que aquele que as enuncia (por sua própria conta ou em nome de um grupo) é capaz de as tornar historicamente verdadeiras, fazendo-as advir na história — e isto depende ao mesmo tempo da sua aptidão para apreciar de maneira realista as probabilidades de êxito da acção destinadas a pô-las em acto e das suas capacidades para mobilizar as forças necessárias para O fazer, ao conseguir inspirar a confiança na sua própria

veracidade e, portanto, nas suas probabilidades de êxito. Por outras palavras, a palavra do *porta-voz*, deve uma parte da sua «força de elocução» * à força (ao número) do grupo para cuja produção como tal ele contribui pelo acto de simbolização, de representação; ela tem o seu princípio no acto de força pelo qual o locutor investe no seu enunciado toda a força para cuja produção o seu enunciado contribui ao mobilizar o grupo a que ele se dirige. É o cue se vê bem na lógica tão tipicamente política da promessa ou, melhor, da predição: verdadeiro *self-fulfilling prophecy*, a palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projecto, uma esperança ou, muito simplesmente, um porvir a um grupo, *faz o que ela diz* na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e também material (em forma de votos e também de subvenções, de quorizações ou de força de trabalho ou de combate, etc.) que lhe permite realizar-se. É porque basta que as ideias sejam professadas por *responsáveis políticos*, para se tornarem em ideias-forças capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou de desmobilizar, que os erros são *faltas* ou, na linguagem nativa, «traições»²⁶

Crédito e crença

O capital político é uma forma de capital simbólico,, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a

* «force illocudonnaire» no texto original (N.T.).

²⁶ A violência da polémica política e o recurso constante ao pôr-em--causa ético armados frequentemente de argumentos *ad hominem*, explica-se também pelo facto de as ideias-força deverem uma parte do seu crédito ao crédito da pessoa que as professa e que não há somente que refutar, mas que desacreditar desacreditando o seu autor. A lógica do campo político, dado que permite combater as ideias e as pessoas dos adversários, fornece um terreno altamente favorável às estratégias do ressentimento: é assim que ele oferece a qualquer indivíduo um meio de atingir, frequentemente por meio de uma forma rudimentar de sociologia do conhecimento, teorias ou ideias que ele seria incapaz de submeter à crítica científica.

uma pessoa — ou a um objecto — os próprios poderes que eles lhes reconhecem. É a ambiguidade da *fides*, analisada por Benveniste²⁷: força objectiva que pode ser objectivada nas coisas (e, em particular, em tudo o que faz a simbólica do poder, tronos, ceptros e coroas), produto de actos subjectivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência. O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. *Credere*, diz Benveniste, «é literalmente colocar o *kred*, quer dizer, a potência mágica, num ser de que se espera protecção, por conseguinte, crer nele»²⁸. O *kred*, o crédito, o carisma, esse não-sei-quê pelo qual se tem aqueles de quem isso se tem, é o produto do *credo*, da crença da obediência, que parece produzir o *credo*, a crença, a obediência. Como o campeão divino ou humano que, segundo Benveniste, tem necessidade que se creia nele, que se lhe confie o *kred*, com a condição de ele espalhar os seus benefícios sobre os que assim o apoiaram»²⁹, o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional — o programa —, ele é também campeão, unido por uma relação mágica de identificação àqueles que, como se diz, «põem nele todas as esperanças». E, devido ao seu capital específico ser um puro *valor fiduciário* que depende da representação, da opinião, da crença, da *fides*, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escânda-

²⁷ E. Benveniste, *Lê vocabulaire des institution indo-européennes*, Tomo I, Paris, Minuit, 1969, pp. 115-121.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*, p. 177.

lo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os actos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os actos e os ditos presentes e para desacreditar o seu autor — e isto, como se verá, de modo tanto mais completo quanto o seu capital deve menos à delegação³⁰. Este capital supremamente *lábil* só pode ser conservado mediante o trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito: daí, toda a prudência, todos os silêncios, todas as dissimulações, impostos a personagens públicas incessantemente colocadas perante o tribunal da opinião, pela preocupação constante de "nada dizer Ou fazer que possa ser lembrado pelos adversários, princípio impiedoso da irreversibilidade, de nada revelar que possa contradizer as profissões de fé presentes ou passadas ou desmentir-lhes a constância no decurso do tempo./E a atenção especial que os homens políticos devem dar a tudo o que contribui para produzir a representação da sua *sinceridade* ou do seu *desinteresse* explica-se se se imaginar que estas atitudes aparecem como a garantia última da representação do mundo social, a qual eles se esforçam por impor, dos «ideais» e das «ideias», que eles têm a missão de fazer aceitar³¹.

¹⁰ A prudência extrema que define o político consumado e que se mede de modo particular pelo alto grau de eufemização do seu discurso explica-se, sem dúvida, pela vulnerabilidade extrema do capital político que faz do ofício de homem político uma profissão de alto risco, sobretudo em períodos de crise nos quais, como se vê em relação a De Gaulle e a Pétain, pequenas diferenças nas atitudes e nos valores assumidos podem estar na origem de escolhas totalmente exclusivas (pelo facto de ser próprio das situações extra-ordinárias aniquilar a possibilidade dos compromissos, das ambiguidades, dos jogos duplos, das filiações múltiplas, etc., autorizadas pelo recurso comum a critérios de classificação múltiplos e parcialmente integrados, pela imposição de um sistema de classificação organizado em torno de um único critério).

³¹ É o que faz com que o homem político esteja comprometido com o jornalista, detentor de um poder sobre os instrumentos de grande difusão que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico (o poder de «fazer ou desfazer reputações», de que o caso Watergate deu uma medida). Capaz, pelo menos em certas conjunturas políticas, de controlar o acesso de um homem político ou de um movimento ao estatuto de força política que

As espécies de capital político

«Banqueiro de homens em regime de monopólio»³², como diz Gramsci a respeito dos funcionários sindicais, o homem político deve a sua autoridade específica no campo político — aquilo a que a linguagem nativa chama o seu «peso específico» — à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, e primeiro em forma de postos — no aparelho ou fora do aparelho — e de militantes ligados a esses postos³³. O capital pessoal de «notoriedade» e de «popularidade» — firmado no facto de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa (de ter um «nome», uma «reputa-

conte, o jornalista está condenado, como crítico, ao papel de *dar a apreciar*, incapaz de fazer para ele mesmo o que ele faz para os outros (e as tentativas que pode fazer para mobilizar a favor da sua pessoa ou da sua obra as autoridades intelectuais ou políticas, que devem alguma coisa à sua acção de valorizar, estão antecipadamente condenadas). Por isso liga-se àqueles que ele contribuiu para fazer (na proporção do seu valor como fazer-valer), por uma relação de profunda ambivalência que o leva a oscilar entre a submissão admirativa ou servil e o ressentimento pérfido, pronto a exprimir-se ao primeiro passo em falso dado pelo ídolo para cuja produção contribuiu.

•" «Estes chefes tornaram-se banqueiros de homens em regime de monopólio, e a menor alusão a uma concorrência torna-os loucos de terror e de desespero» (A. Gramsci, *op. cit.*, tomo II, p. 85). «Em muitos aspectos, OS chefes sindicais representam um tipo social semelhante ao banqueiro: um banqueiro experimentado, que conhece o's negócios com um olhar, que sabe prever com alguma exactidão as cotações da bolsa e a vida dos contratos, dá crédito à sua casa, atrai as poupanças e os clientes; um chefe sindical que, em plena confrontação das forças sociais em luta, sabe prever os resultados possíveis, atrai as massas à sua organização, torna-se num *banqueiro de homens*» (*op. cit.*, p. 181).

• A oposição entre as duas espécies de capital político está na origem de uma das diferenças fundamentais entre os eleitos do PC e os do PS: «Enquanto que a grande maioria dos presidentes de câmara socialistas evocam a sua "notoriedade", quer ela radique no prestígio familiar, na competência profissional, quer radique nos serviços prestados a título de uma actividade qualquer, os dois terços dos comunistas consideram-se, primeiro e sobretudo, delegados do seu partido» (D. Lacorne, *Lés nitables muges*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980, p. 67).

ção», etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma «boa reputação» — é frequentemente / produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência. Enquanto este capital pessoal de *notável* é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, o capital pessoal a que se pode chamar heróico ou profético e no qual pensa Max Weber quando fala de «carisma» é produto de uma acção inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos: acção profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou³⁴.

Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do *funcionário*, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela³⁵: é o partido que, por meio da acção dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de *reconhecimento* e de *fidelidade* e que a si mesmo se dotou, pela luta política e para ela, de uma organização permanente de membros permanentes capazes de

³⁴ Pensar-se-á, sem dúvida, na aventura gaulista. Mas também se achará o equivalente numa região perfeitamente oposta do espaço social e político. É assim que Denis Lacorne observa que os eleitos comunistas que gozam de uma notoriedade pessoal devem quase sempre o seu estatuto de «personalidade local» a um «acto de natureza heróica» realizado durante a segunda guerra mundial (D. Lacorne, *op. cit.*, p. 69).

³⁵ Dito isto, a missão política distingue-se, mesmo neste caso, de uma simples função burocrática visto que é sempre, como se viu, uma missão pessoal, em que a pessoa toda se empenha.

mobilizar os militantes, os aderentes e os simpatizantes e de organizar o trabalho de propaganda necessário à obtenção dos votos e, por este meio, dos postos que permitem que se mantenham duradouramente os membros permanentes. Este aparelho de mobilização, que distingue o partido ou o sindicato tanto do clube aristocrático como do grupo intelectual, assenta *ao mesmo tempo* em estruturas objectivas como a burocracia da organização propriamente dita, os postos que ela oferece, com todas as vantagens correlativas, nela própria ou nas administrações públicas, as tradições de recrutamento, de formação e de selecção que a caracterizam, etc., e em atitudes, quer se trate da fidelidade ao partido, quer se trate dos princípios incorporados de visão do mundo social que os diligentes, os membros permanentes ou os militantes põem em prática no dia-a-dia e na sua acção propriamente política.

A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a *investidura* — acto propriamente mágico de *instituição* pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político, tal como a investidura medieval solenizava a «tradição» de um feudo ou de bens de raiz — não pode ser senão a contrapartida de um longo *investimento* de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição. Não é por acaso que as igrejas, como os partidos, põem frequentemente oblatos à sua testa¹. A lei que rege as permutas entre os agentes e as instituições pode enunciar-se assim a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, aqueles que tudo deram a instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem se negarem a si mesmos pura e simplesmente privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem³⁷. Em resumo, a instituição investe aqueles que

•" Não é a única característica que sugere o facto do movimento operário desempenhar para a classe operária uma função homóloga àquela que a Igreja desempenha para os camponeses e para certas fracções da pequena burguesia.

³⁷ Pode-se citar aqui Michels: «Os conservadores mais tenazes de um partido são os que mais dele dependem» (R. Michels, *op. cit.*, p. 101).

investiram na instituição: o investimento consiste não só em serviços prestados, frequentemente tanto mais rios e preciosos: quanto mais custosos são psicologicamente (como todas as "provas" *iniciáticas*), "u mesmo em obediência às instruções dadas na conformidade às exigências da instituição, mas também em investimentos psicológicos que fazem com que a exclusão do capital de autoridade da instituição, assumida frequentemente a forma de uma falência, de uma *bancarrota* ar. mesmo tempo social e psicológica (e isso ainda mais na medida em que, como a excomunhão e a exclusão do sacrifício divino, ela é acompanhada de uma «áspera boicotagem social como forma de recusa de relações com o excluído»)•^{it}. Aquele que é investido de um *capital de função*, equivalente à «graça institucional» ou ao «carisma de função» do sacerdote, pode não possuir qualquer outra «qualificação» a não ser a que a instituição lhe outorga pelo acto de investidura. E é ainda a instituição que controla o acesso à *notoriedade pessoal*, controlando por exemplo o acesso às posições *mais em vista* (a de secretário-geral ou de porta-voz) ou aos lugares de publicidade (como actualmente a televisão ou as conferências de imprensa), embora o detentor de um capital delegado possa sempre obter capital pessoal por meio de uma estratégia subtil, a qual consiste em tomar, em relação à instituição, o máximo de distância compatível com a manutenção da pertença e da conservação das vantagens correlativas. Segue-se daqui que o eleito de aparelho depende pelo menos tanto do aparelho como dos seus eleitores — que ele deve ao aparelho e que ele perde em caso de ruptura

E mais além: «Um partido que dispõe de uma caixa bem provida pode não só renunciar ao apoio material dos seus membros mais afortunados e eliminar assim a preponderância deles nos negócios internos, como também pode constituir um corpo de funcionários fiéis e devotados, pois que tiram de partido os seus únicos meios de existência» (Ib., *id.*, p. 105). Também se pode citar Gramsci: «Hoje, os representantes dos interesses constituídos, quer dizer, os representantes das cooperativas, das agências de emprego, das habitações operárias, das municipalidades, das caixas de previdência, ainda que em minoria no partido, prevalecem sobre os tribunos, os jornalistas, os professores, os advogados, que prosseguem em inacessíveis e vãos planos ideológicos» (A. Gramsci, *op. cit.*, tomo II, p. 193). ³⁸ Max Weber, *op. cit.*, tomo II, p. 880 e 916.

com o aparelho. Segue-se também que, 'a medida que a política se «profissionaliza» e que os partidos se «burocratizam», a luta pelo poder político de mobilização tende cada vês mais a tornar-se numa competição a dois níveis: é do resultado da concorrência pelo poder sobre o aparelho a qual se desenrola no seio do aparelho só entre profissionais, que depende a escolha daqueles que poderão entrar na luta pela conquista dos simples laicos — o mesmo é dizer que a luta pelo monopólio da elaboração e da difusão dos princípios de di-visão do mundo social está cada vez mais estreitamente reservada aos profissionais e às grandes unidades de produção e de difusão, excluindo de facto os pequenos produtores independentes (a começar pelos «intelectuais livres»).

A institucionalização do capital político

A delegação do capital político pressupõe a objectivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em «máquinas» políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias. Ela é própria de empreendimentos políticos* já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objectivado, em forma de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos do poder local ou central e em toda a rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos. A objectivação do capital político garante uma independência relativa perante a sanção eleitoral, substituindo a dominação directa sobre as pessoas e as estratégias de investimento pessoal («pagar com a sua pessoa»), pela dominação imediata, a qual permite que se mantenham duradouramente os detentores dos postos mantendo os postos³⁹. Compreende-se assim que a esta

* «entreprises politiques» no texto original (*N. T.*).

³⁹ Estas análises aplicam-se também ao caso da Igreja: à medida que o capital político da Igreja se objectiva em instituições e, como é o caso no período recente, em postos controlados pela Igreja (no ensino, na imprensa.

nova definição das posições correspondam características novas nas atitudes dos seus ocupantes. Com efeito, quanto mais o capital político e institucionaliza em forma de postos a tomar, maiores são as vantagens em entrar no aparelho, ao contrário do que se passa nas fases iniciais ou nos tempos de crise — em período revolucionário, por exemplo — em que os riscos são grandes e as vantagens reduzidas. O processo frequentemente designado pelo termo vago de «burocratização» compreende-se se se vir que, à medida que se avança no ciclo da vida do empreendimento político, os eleitos exercidos pela oferta de postos estáveis de permanência sobre o recrutamento vem aumentar os efeitos, frequentemente observados⁴⁰, que são exercidos pelo acesso às posições de permanência (e o acesso aos privilégios, relativos, que tais posições garantem aos militantes saídos da classe operária). Quanto mais avançado é o processo de institucionalização do capital político, tanto mais tende a conquista do «espírito» a subordinar-se à conquista dos postos e tanto mais os militantes, ligados apenas pela sua dedicação à «causa», recuam em proveito dos «prebendados», como lhes chama Weber — essa espécie de *clientes*, ligados ao aparelho de modo duradouro pelos benefícios e os ganhos que ele lhes garante, dedicados ao aparelho na medida em que este os mantenha com a redistribuição de uma parte do espólio material ou simbólico que conquista «taças a eles (por exemplo, os *spoils* dos partidos americanos)⁴¹. Por outras palavras, à medida que

no movimento de jovens, etc.), o poder da Igreja tende a assentar cada vez menos na inculcação e na «cura das almas», de tal modo que ele se mede sem dúvida melhor pelo número de postos e de agentes controlados de forma mediata pela Igreja do que pelo número dos «missalizantes» ou dos «pascalizantes».

⁴⁰ «O desenvolvimento normal da organização sindical gera resultados inteiramente opostos aos que tinham sido previstos pelo sindicalismo: os operários que se tornaram dirigentes sindicais perderam completamente a vocação do trabalho e o espírito de classe e adquiriram todas as características do funcionário pequeno-burguês, intelectualmente preguiçoso, moralmente pervertido ou fácil de perverter. Quanto mais o movimento sindical se alarga, ao abarcar grandes massas, tanto mais o funcionarismo se espalha» (A. Gramsci, *n/*. at., tomo III, pg. 206-207).

⁴¹ «Os presidentes de câmaras, são para o Partido Socialista o essencial dos meios, dos homens, das influências (...). Enquanto os mantiver. O

O processo de institucionalização avança e o aparelho de mobilização cresce, o peso dos imperativos ligados à reprodução do aparelho e dos postos que ele oferece, vinculando os seus ocupantes por todas as espécies de interesses materiais ou simbólicos, não deixa de aumentar, tanto na realidade como nos cérebros, em relação àqueles que a realização dos fins proclamados imporia: e compreende-se que os partidos possam ser assim levados a sacrificar o seu programa para se manterem no poder ou simplesmente na existência.

Campos e aparelhos

Se não há empreendimento político que, por muito monolítico que possa parecer, não deixe de ser lugar de defrontações entre tendências e interesses divergentes^{1/4} não é menos verdade que os partidos estão tanto mais condenados a funcionarem segundo a lógica do aparelho capaz, de responder instantaneamente às exigências estratégicas inscritas na lógica do campo político quanto mais desprovidos culturalmente e mais presos aos valores de fidelidade, logo, mais dados à delegação incondicional e duradoura estão os seus mandantes; e também quanto mais antigos e mais ricos eles são em capital político objectiva-

partido durará, manter-se-á, aconteça o que acontecer. Compreende-se que as municipalidades sejam a grande preocupação dos socialistas. *No limite*, a única preocupação séria. A ideologia, as **declarações** de princípio, os planos de acção, os programas, os debates, as discussões, os diálogos, são importantes, decerto (...). Mas ao nível local o partido está no poder, ou pelo menos tem a ilusão disso. É por isso que já se não brinca quando se trata de eleições municipais. Entra-se no concreto. A defesa é feita no terreno, sem tagarelices teóricas, asperamente, duramente, até ao fim» (P. Guidom, *Histoire du nouveau Parti Socialiste*, Paris, Teina-Action, 1973, p. 120).

⁴ E o que se observa no caso aparentemente mais desfavorável, o do partido bolchevique: «Por detrás da fachada de uma unidade política e organizacional proclamada, conhecida pelo nome de «centralismo democrático», não havia em 1917, nem mesmo alguns anos depois, uma filosofia ou ideologia políticas bolcheviques uniformes. Pelo contrário, o partido oferecia uma notável variedade de pontos de vista: as diferenças iam das questões de palavras aos conflitos acerca das opções fundamentais» (S. Cohen, *op. cit.*, 1979, p. 19).

do, quanto mais fortemente determinados estão nas suas estratégias pela preocupação de «defender as suas conquistas»*; ou ainda, quanto mais expressamente ordenados para a luta, quanto mais organizados eles estão segundo o modelo militar do aparelho de mobilização; ou enfim, quanto mais desprovidos de capital económico e cultural, mais dependentes em relação ao partido estão os seus quadros e os seus membros permanentes.

A combinação da fidelidade intergeracional e intrageracional — que garante aos partidos uma clientela relativamente estável, retirando à sanção eleitoral uma grande parte da sua eficácia — e da *fides implícita* — que põe os dirigentes a coberto do controlo dos profanos — faz com que, paradoxalmente, não haja empreendimentos políticos que sejam mais independentes dos constrangimentos e dos controlos da procura e mais livres de obedecer apenas à lógica da concorrência entre os profissionais (pó:" vezes mediante as mais repentinas e paradoxais reviravoltas) do que os dos partidos que mais claramente reivindicam para eles mesmos a defesa das massas populares⁴³. E assim na medida em que eles tendem a aceitar o dogma bolchevique segundo o qual fazer intervir os profanos nas lutas internas do partido, apelar para eles ou, muito simplesmente, deixar passar para fora os desacordos internos, tem qualquer coisa de ilegítimo.

Do mesmo modo. os membros permanentes não dependem nunca tanto do partido como quando a sua profissão lhes não permite participar na vida política a não ser à custa de um sacrifício de tempo e de dinheiro: só do partido podem então

* «défendre les acqis» no texto original (N. T.).

⁴³ Se é conhecido o lugar que o sistema de valores popular concede a virtudes como a integridade («ser inteiro», «de uma só peça», etc.), a fidelidade à palavra dada, a lealdade para com os seus, a constância para consigo mesmo («eu cá sou assim», «ninguém me fará mudar», etc.), atitudes estas que, em outros universos, pareceriam como uma forma de rigidez, e até mesmo de estupidez, compreende-se que o efeito de fidelidade às opções originais — que tende a transformar a filiação política numa propriedade quase hereditária e capaz de sobreviver às mudanças de condição intrageracionais ou intergeracionais — se exerça com força especial no caso das classes populares e aproveite particularmente aos partidos de esquerda.

esperar o *tempo livre* que os notáveis elevem aos seus rendimentos ou à maneira como eles os adquirem, quer dizer, sem trabalho ou por um trabalho intermitente⁴⁴. E a sua dependência é tanto mais completa quanto mais fraco for o capital económico e cultural que eles possuíam antes da sua entrada no partido. Compreende-se que os membros permanentes saídos da classe operária tenham o sentimento de tudo dever ao partido, não SÓ a sua posição, que os liberta das servidões da sua antiga condição, mas também a sua cultura, em suma, tudo o que faz o seu ser actual: «É que aquele que vive a vida de um partido como o nosso nada mais faz do que guindar-se. Parti com a bagagem da instrução primária e o partido obrigou-me a que me educasse. É preciso trabalhar, e preciso lidar com os livros, é preciso ler, é preciso empenhar-se na coisa... E uma obrigação! Senão... ainda hoje seria o mesmo burro de há cinquenta anos! Eu cá digo. Um militante deve tudo

Ainda que apresente a oposição entre os membros permanentes e os simples membros (ou, com mais razão, os votantes ocasionais) reveste-se de sentidos muito diferentes segundo os partidos. Isto, por intermédio da distribuição do capital e, sobretudo talvez, do *tempo livre*, entre as classes. (Há sabido que se a democracia directa não resiste à diferenciação económica e social, é porque, por intermédio da desigual distribuição do tempo livre que daí resulta, se introduz a concentração dos cargos administrativos em proveito daqueles que dispõem do tempo necessário para cumprir as funções graciosamente ou mediante uma fraca remuneração). Este princípio simples poderia também contribuir para explicar a participação diferencial das diferentes profissões (ou ainda dos diferentes estatutos numa mesma profissão) na vida política ou sindical e, mais geralmente, em todas as responsabilidades semipolíticas: Max Weber observa assim que os directores dos grandes institutos de medicina e de ciências da natureza são pouco dados e aptos a ocupar os postos de reitor (M. Weber, *op. cit.*, tomo II, p. 698) e Robert Michels indica que os cientistas que tiveram parte activa na vida política «viram as suas aptidões científicas sofrerem uma baixa lenta, mas progressiva» (R. Michels, *op. cit.*, p. 155). Se a isto se juntar que as condições sociais que favorecem ou permitem a recusa de dar o seu tempo à vida política ou à administração estimulam também, frequentemente, o desdém aristocrático ou profético pelos ganhos *temporais* que as actividades podem prometer ou fornecer, compreende-se melhor algumas das invariantes estruturais da relação entre os intelectuais do aparelho (político, administrativo ou outro) e os intelectuais «livres», entre teólogos e bispos, ou entre investigadores e decanos universitários, reitores ou administradores científicos, etc.

Ao seu partido⁴⁵. Também se compreende que, como Denis Lacorne estabeleceu, «o espino de partido» e o «orgulho partidário» sejam claramente mais marcados entre os membros permanentes do partido comunista do que entre os membros permanentes do partido socialista os quais, por serem frequentemente oriundos das classes médias e superiores — e especialmente do corpo docente — estão menos dependentes do partido.

Vê-se que a disciplina e o arnestramento*, tão frequentemente sobrestimados pelos analistas, permaneceriam ineficazes sem a cumplicidade encontrada nas atitudes de submissão forçada ou electiva que os agentes introduzem no aparelho e que são elas próprias reforçadas de modo contínuo pela confrontação com atitudes afins e pelos interesses inscritos nos postos de aparelho. Pode-se dizer, indiferentemente, que certos *habitas* acham as condições da sua realização, e até mesmo do seu desenvolvimento, na lógica do aparelho; ou, inversamente, que a lógica do aparelho «explora» em seu proveito as tendências inscritas nos *habitas*. Por um lado, poder-se-iam invocar todos os processos, comuns a todas as instituições totais, pelos quais o aparelho, ou os que o dominam, impõem a disciplina e põem no bom caminho os heréticos e os dissidentes ou os mecanismos que, com a cumplicidade daqueles cujos interesses servem, tendem a assegurar a reprodução das instituições e das suas hierarquias. Por outro lado, seria um nunca mais acabar com a enumeração e a análise das atitudes que oferecem à mecanização militarista a sua força e os seus instrumentos: quer se trate da relação dominada com a cultura que predispõe os membros permanentes saídos da classe operária a uma forma de anti-intelectualismo próprio para servir de justificação ou de alibi a uma espécie de idanovismo espontâneo e de corporativismo obreirista, quer se trate do ressentimento que se satisfaz na visão estaliniana — no sentido histórico — quer dizer, política, das «fracções» e na propensão para pensar a história em termos de lógica da conspiração, quer se trate ainda da culpabi-

⁴⁵ D. Lacorne, *op. cit.*, p. 114.

* «dressage» no texto original (N. T.).

lidade que, inscrita na posição de equilíbrio instável do intelectual, atinge a sua intensidade máxima no intelectual saído das classes dominadas, trânsito frequentemente filho de inánsur, a que Sartre evocou de forma magnífica no prefácio a *Aden Arabie*. E não se compreenderiam certos «êxitos» extremos da manipulação do aparelho se se não visse até que ponto estas atitudes são objectivamente orquestradas, vindo das deficientes formas de miserabilismo, que predis põem os intelectuais ao obreirismo, por exemplo, ajustar-se ao idanovismo espontâneo para favorecerem a instauração de relações sociais nas quais o perseguido se torna cúmplice do perseguidor.

Não deixa contudo de ser verdade que o modelo organizacional de tipo bolchevique, o qual se impõe à maior parte dos partidos comunistas, permite que se realizem até suas últimas consequências as tendências insuportáveis na relação entre as classes populares e os partidos. O partido comunista, aparelho (ou instituição total) ordenado com vista à luta, real ou representada, e firmado na *disciplina* que permite fazer agir um conjunto de agentes (neste caso militantes) «como um só homem» com vista a uma causa comum, encontra as condições do seu funcionamento na luta permanente que tem lugar no campo político e que pode ser reactivada ou intensificada sem restrições. Com efeito, já que a disciplina, como observa Weber, «garante a uniformidade racional da obediência de uma pluralidade de homens»⁴⁶ e tem a sua justificação, se não o seu fundamento, na luta, basta invocar a luta real ou potencial, e até mesmo reavivá-la de modo mais ou menos artificial, para restaurar a legitimidade da disciplina⁴⁷. Segue-se daqui que,

⁴⁶ Max Weber, *op. cit.* tomo II, p. 867.

⁴⁷ Robert Michels, que assinala a estreita correspondência entre a organização do «partido democrático de combate» e a organização militar e os vocábulos sem número (em especial em Engels e Bebel) da terminologia socialista retirados da gíria militar, observa que os dirigentes, que, como ele lembra, têm que ver com a disciplina e a centralização (R. Michels, *op. cit.*, pp. 129 e 144), não deixam de apelar à magia do interesse comum e aos «argumentos de ordem militar» sempre que a sua posição está ameaçada: «Sustenta-se sobretudo que, quando só por razões de ordem táctica e a fim de manter a coesão necessária frente ao inimigo, os aderentes do partido não deverão em caso algum recusar a sua confiança aos chefes que livremente

Como diz pouco mais ou menos Weber, a situação de luta reforça a posição dos dominantes no seio do aparelho de luta e faz passar os militantes do papel de tribunos, encarregados de exprimir a vontade da base que eles podem reivindicar por vezes em nome da definição oficial da sua função para a função de simples «quadros» encarregados de fazer executar as ordens e as palavras de ordem e da direcção central, condenados pelos «camaradas competentes» a «democracia da ratificação»⁴⁸. E nada exprime melhor a lógica desta organização de combate do que o processo do «Quem é contra?» como o descreve Boukharin: convocam-se 05 membros da organização, explica ele, e pergunta-se-lhes «Quem é contra.»; e como eles têm todos mais ou menos medo de ser contra, o indivíduo designado é nomeado secretário, a resolução proposta e adoptada, e sempre por unanimidade⁴⁹. O processo a que se chama «militarização»

escolheram» (R. Michels, *op. cit.*, p. 163). Mas, e sem dúvida com Estaline que a estratégia da militarização — a qual, como nota Stephen Cohen, é decerto a única contribuição original de Estaline para o pensamento bolchevique, portanto, a característica principal do estalinismo — tem a sua realização: os sectores de intervenção tornam-se em «frentes» (frente do grão, frente da filosofia, frente da literatura, etc.); os objectivos ou os problemas são «fortalezas» que as «brigadas teóricas» devem «tomar de assalto», etc. Este pensamento «militar» é evidentemente maniqueu, pois que celebra um grupo, uma escola de pensamento ou uma concepção constituída em ortodoxia para melhor aniquilar todos os outros (cf. S. Cohen, *op. cit.*, pp. 367-368 e 388).

⁴⁸ Vê-se que as lutas conduzidas no interior do partido comunista contra o autoritarismo dos dirigentes e contra a prioridade que eles dão aos interesses de aparelho em relação aos interesses dos mandantes nada mais fazem do que reforçar as próprias tendências por elas combatidas: basta efectivamente que os dirigentes invoquem, ou mesmo suscitem, a luta política, em especial contra os concorrentes mais imediatos, para permitir o chamamento à disciplina, quer dizer, à submissão aos dirigentes, que se impõe em tempo de luta. (Neste sentido, a denúncia do anticomunismo é uma arma absoluta nas mãos dos que dominam o aparelho, pois que ela desqualifica a crítica, e até mesmo a objectivação, e impõe a unidade contra o exterior).

⁴⁹ Cf. S. Cohen, *op. cit.*, p. 185. Uma etnografia das práticas de assembleia forneceria inúmeras ilustrações dos processos de imposição autoritária que se apoiam na impossibilidade prática de romper, *sem inconveniência*, a unanimidade unanimemente cultivada (abstenção num voto de braço levantado, eliminação de um nome numa lista pré-estabelecida, etc.).

consiste em basear a autoridade na situação de «guerra» com que se defronta a organização e que pode ser produzida por um trabalho sobre a *representação* da situação, a fim de produzir e de reproduzir continuamente o *medo de ser contra*, fundamento último de todas as disciplinas militantes ou militares. Se o anticomunismo não existisse, o «comunismo de guerra» não deixaria de o inventar. Toda a oposição do interior, dado que está condenada a aparecer como conluio com o inimigo, reforça a militarização por ela combatida ao reforçar a unanimidade do «nós» ameaçado que predispõe à obediência militar: a dinâmica histórica do campo de lutas entre ortodoxos e heréticos, defensores do *por* e defensores do *contra*, dá o lugar à mecânica do aparelho que anula qualquer possibilidade prática de ser contra por meio de uma exploração semi-racional dos efeitos psicossomáticos da exaltação da unanimidade das adesões e das aversões ou, inversamente, da angústia da exclusão e da excomunhão, fazendo do «espírito de partido» um verdadeiro *espírito de corpo*. Assim, a própria ambiguidade da luta política, esse combate por «ideias» e «ideais» que é ao mesmo tempo um combate por poderes e, quer se queira quer não, por privilégios, está na origem da contradição que obsidia todos os empreendimentos políticos ordenados com vista à subversão da ordem estabelecida: todas as necessidades que pesam sobre o mundo social concorrem para fazer com que a função de mobilização, que necessita da lógica mecânica do aparelho, tenda a preceder a função de expressão e de representação, que todas as ideologias profissionais dos homens de aparelho reivindicam (a do «intelectual orgânico» como a do partido «parteiro» da classe) e que só pode ser realmente assegurada pela lógica dialéctica do campo. A «revolução por cima», projecto de aparelho que supõe e produz o aparelho, tem o efeito de interromper esta dialéctica, a qual é a própria história, primeiro no campo político — esse campo de lutas a respeito de um campo de lutas e da representação legítima dessas lutas —, depois no próprio seio do empreendimento político, partido, sindicato, associação, que só pode funcionar como um só homem se sacrificar os interesses de uma parte, quando não da totalidade, dos seus mandantes.

Um descuido interessado

A candidatura de Coluche a presidente da República foi, logo de início, condenada pela quase totalidade dos profissionais da política com a acusação de *poitjailismn*. No entanto em vão se procuraria a temática do cómico parisiense os tópicos mais típicos do livro de Sainr-Céré tal como OS arrola o estudo clássico de Stanley Hoffman: nacionalismo, anti-intelectualismo, antiparisinismo, xenofobia racista e fascinante, exaltação das classes médias, moralismo, etc. E custa a compreender como «observadores avisados» puderam confundir o «candidato das minorias», de todos os «que nunca são representados pelos partidos políticos», «pederastas, aprendizes, Negros, Árabes», etc. com o defensor dos pequenos comerciantes em luta contra «os metecos» e «a mafla apátrida de traficantes e de pederastas».

Embora se conheçam mal as bases sociais do movimento poujadista, é incontestável que ele achou as suas primeiras tropas e os seus mais fiéis apoios na pequena burguesia dos artífices e dos comerciantes de província, mais idosos e ameaçados pelas transformações económicas e sociais. Ora, dois inquéritos, perfeitamente convergentes, um do IFRES, outro do IFOP, estabelecem que os que deram a sua simpatia à *candidatura* de Coluche apresentam características em todos os pontos opostas. A propensão para aprovar a candidatura de Coluche varia na razão inversa da idade: ela atinge a sua intensidade máxima entre os jovens (e, entre estes, sobretudo nos homens), e é somente aos olhos de uma parre (um terço aproximadamente) das pessoas de mais de 65 anos que ela parece escândalo. Do mesmo modo, ela tende a aumentar com a dimensão da terra de residência: muito fraca nas comunas rurais e nas pequenas cidades, ela culmina nas grandes cidades e na aglomeração parisiense. Se bem que as categorias utilizadas pelos dois institutos de sondagem sejam igualmente imprecisas e pouco comparáveis, tudo parece indicar serem os operários e os empregados e também os intelectuais e os artistas, que se declaram mais claramente a favor do candidato anónimo enquanto que as rejeições mais marcadas se encontram entre os patrões da indústria e do comércio. O que se compreende facilmente se se souber que os votos assim desviados são retirados principalmente à esquerda (claramente mais ao PS que ao PC) e também ganhos aos

¹ S. Hoffmann, *Lê moi<vemt:nt Pn/i/U/t*, Cahiers de la Fondation Natio-nale des Sciences Politiques, Paris, A. Colin, 1956, pp. 209-260.

² *Ibidem, id.*, p. 246.

ecologistas e aos abstencionistas. A parte das pessoas interrogadas [jur. n.1 ausência de uma candidatura de Coluche, votariam pela direita é fraca (muito especialmente entre os operários) e é sobretudo pelo partido socialista que iriam os votos (sendo a parte daqueles que optariam pela abstenção certamente muito forte em todas as categorias) O fato de a parte dos partidários de Coluche ser claramente mais elevada entre os homens do que entre as mulheres permite a suposição de que esta escolha é a expressão de um abstencionismo activo, muito diferente da simples indiferença [ii.r.ail.i à incompetência estatutária.

Assim, OS profissionais, homens políticos e jornalistas, tentam recuar ao <<futuro do jogo>> o direito de entrada que os profanos o concedem maciçamente (eles são favoráveis, em dois terços aos princípios da sua candidatura). Sem dúvida porque ao entrar HM [MI;M sem M levar a SCIM, sem se tomar a sério, este jogador *extra-orJi>i,im>* ame.n,a M liiulaineiu mesmo do jogo, quer dizer, a crença e a credibilidade dos jogadores *i>)\ni,imm.* Os procuradores são apanhados em flagrante delito de abuso de pixler anula que, como de costume, eles se apresentem t MIMO poita vo/ tia «opinião pública», caução de todas as palavras aurori/adas, eles (MIMC-CCIU não a verdade do mundo social, rnas sim a verdade da sua relação com esse mundo, obrigando a que se pergunte se não é assim das outras vc/.es.

«Para mim, é-se comunista nu nã se í*

«Quando me dizem: A gente não vos compreende, entre vocês, os comunistas, não há tendências: não há comunistas de direita, não há comunistas de esquerda, não há centristas, então a liberdade não existe! A esses, respondo: A que é que você chama um comunista de direita, a que é que você chama um comunista de esquerda, a que é que você chama um comunista centrista? Para mim, é-se comunista ou não se é, e no seio da organização comunista, quando se discute, cada um dá o seu ponto de vista sobre a ordem do dia, e depois, quando é importante, há urp voto. É a maioria que decide. A que é que você chama a democracia? Para mim, a democracia é 50 vezes mais uma, é compreensível! É a maioria que decide. Se você vem ao partido comunista para combater as directivas que foram livremente discutidas e debatidas numa sessão de congresso, para fazer predominar o seu ponto de vista reformista sem reformas, porque isso corresponde naturalmente ao seu estado de espírito (você tem as nádegas sensíveis, necessita de uma polwona bem estofada para não aquecê-las) então uma vez na sua poltrona, você dirá: Ah! não estou de acordo com a direcção do partido, eu cá sou um comunista à direita, eu estou... ao centro. Se você é um eleitoralista, digo de imediato: Vá para outro lado, aqui não temos necessidade de si, porque você tem talvez uma grande cabeça, você é talvez muito inteligente, mas você tem uma má argumentação possui sobretudo uma má documentação. Então apesar de toda essa inteligência e essa

<<garganta>>, pode ser que os operários que estão na sua secção não o desegnem nunca, para levar a bandeira da organização. Eles preferem naturalmente um operário que deu provas, eles preferem um comunista, mesmo que seja um intelectual, porque os há bons e maus... Como na classe operária há os bons e maus, isto é fato certo.

(Ferreiro-ajudante, mineiro e depois operário em correntes de ferro, nascido em 1892 em Saint-Amand_les_Eaux, foi secretário da secção de Saint-Nazaire du PCF em 1982, resposnsavel da CGTU da região de Saint-Nazaire)

Autobiografias de militantes CCITH-f !(iT, apresentadas |x>r Jean Pcnf, *Lês C.ihim ilii 1.1-RSCO*, 1, De/. 1979, p. 28-29.

A visão da união e da divisão

A luta entre os aparelhos de produção e de imposição dos princípios da divisão do mundo social implica a luta pela imposição da visão dos aparelhos (concorrentes) de produção dos princípios de di-visão, quer dizer, no caso particular, pela imposição da visão das responsabilidades? que incumbem a estes aparelhos na divisão. Dando-se por entendido que os aparelhos divididos acerca das razões da divisão se aliarão certamente para combaterem a visão segundo a qual o princípio da divisão poderia residir nos interesses dos aparelhos divididos os quiiis, sem prejuízo de anexar o seu concorrente ou a sua clientela — por uma estratégia de «união na base» —, têm de comum só poderem reproduzir-se *sem mudança* reproduzindo a divisão.

«O Bureau político do PCF adoptou ontem a seguinte declaração:

Está actualmente em curso uma campanha conduzida por diferentes organizações *trntskystas* — entre as quais a OCI, estreitamente ligada ao Partido Socialista — e também pelo grupo abusivamente designado «União nas Lutas» a favor de um acordo imediato PC-PS com vista à segunda volta das eleições presidenciais, e mesmo à designação de um candidato único.

Especulando acerca da legítima aspiração à união de milhões de francesas e de franceses, esta campanha, abertamente apoiada e directamente organizada pelos dirigentes socialistas, tem em vista, de facto, enganar os trabalhadores e voltar as costas aos interesses reais da união e da mudança que eles esperam.

A sua característica principal é, com efeito, a de escamotear completamente a inteira responsabilidade de François Mitterrand e dos outros dirigentes socialistas na ruptura da união e da derrota de 1978, e de passar em silêncio total a sua política actual.

Falar de um acordo imediato sem dizer uma palavra acerca do abandono pelo Partido Socialista da defesa das reivindicações dos trabalhadores, das

justificações da austeridade e do encerramento de empresas em nome da crise, do petróleo e da Europa, da sua aprovação ao **altrgfcmentO** do Mercado Comum, dos seus apelos ao reforço da Aliança Atlântica sob o comando americano, do seu apoio a uma aceleração da corrida às armas nucleares, é muito simplesmente querer levar os trabalhadores a **reboque** de uma política de gestão da crise em proveito do capital.

Falar de união nas lutas sem notar que François Mitterrand condena as lutas, que as considera ultrapassadas e prejudiciais e que os responsáveis socialistas — incluindo os que dirigem as centrais sindicais — tudo farão para as impedir, é cobrir com belas palavras o apelo a uma combinação eleitoralista sem conteúdo e sem princípio (...)

L'Humain, de 14 de Novembro de 1980, p. 10.

«O Senhor Marchais Linça um ajvln <>> </>>ri **wiällllü** /'./>. ; •• unira» ,/i suas forças» com os comru.\t<is

O senhor Georges Marchais declarou, na reunião pública em Chelles (Seine-et-Marne) que «só há uma força política que luta com lealdade, coragem e lucidez pela realização das esperanças de mudança dos trabalhadores: é o Partido Comunista Francês.

Dirigindo «um discurso especial àqueles que votaram ou votam no socialismo tendo no coração a vontade de ver as coisas mudar», o secretário-geral do PCF declarou: «Alguns de vós pensaram que o congresso de Épinay e a assinatura do Programa Comum tinha mudado o Partido Socialista. Ora, há que aceitar hoje que a vossa vontade foi desviada da sua intenção. François Mitterrand meteu-se pelos trilhos da velha SFIO. Ele consagra os seus discursos à exaltação de Léon Blum. Ele volta à peregrinação a Washington. Ele manobra com a direita como no tempo da Frente Revolucionária de 1956. Ele ataca-nos, prosseguindo no seu objectivo fundamental: enfraquecer O Partido Comunista. Vós que quereis sinceramente a união e a mudança, não podeis aprovar e apoiar esta orientação. Ela é perigosa. Digo-vos com toda a franqueza: muita coisa depende daquilo que decidirdes. Unamos as nossas forças, mesmo que não tenhamos a mesma opinião sobre todas as questões, e poderemos afastar o regresso a um passado detestável.

O senhor Marchais afirmou que «um elo se estabeleceu (...) que vai do Partido Socialista ao R.P.R. e dos dois à U.D.F.» enquanto que o Partido Comunista quer «a união». «Nós queremos — disse — construir um grande reagrupamento maioritário, realizar a união de todas as forças populares, a união da esquerda para a mudança, e torná-la irreversível. O que nós queremos é a mudança. Queremos vencer a direita, vencer Giscard d'Estaing. Queremos pôr em prática as grandes reformas anticapitalistas e democráticas sem as quais não pode haver mudança real. Nós queremos tomar todas as nossas responsabilidades neste esforço de renovação. Até à governação. Estamos prontos.»

Lê Monde, de 20 de Dezembro de 1980, p. 10.

